

CLIPPING DE MÍDIA

Associação Quilombola do
Cumbe/Aracati - CE



QUILOMBO DO CUMBE
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DO CUMBE / ARACATI-CE



ASSINE



Brasil

GOVERNO BRASIL · JAIR BOLSONARO · STF · CONGRESSO NACIONAL · COVID-19 · ELEIÇÕES BRASIL

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA | RACISMO AMBIENTAL >

Os ventos da economia verde não sopram para o Quilombo do Cumbe

Localizada a duas horas de Fortaleza, comunidade tradicional foi impactada por instalação de usina eólica sem consulta à população local. Caso ilustra o conceito de racismo ambiental, que o movimento negro brasileiro levou a debate na COP26



Quilombo do Cumbe, cercado pelo parque eólico, tanques de carcinicultura e empreendimentos turísticos.

FERNANDA SIEBRA

BEATRIZ JUCÁ | FELIPE BETIM

Aracati (CE) / São Paulo - 20 NOV 2021 - 10:32 BRT



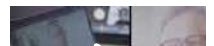
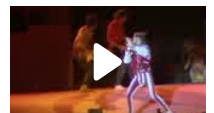
Uma única estrada asfaltada e estreita, rodeada por dezenas de viveiros de camarão, empreendimentos turísticos e dunas com [gigantescos cataventos brancos](#) ao fundo desemboca no Quilombo do Cumbe, onde vivem 180 famílias. O nome da comunidade localizada a 150 quilômetros de Fortaleza é uma referência aos espaços onde [escravos africanos organizavam](#) a resistência no período colonial. Séculos depois, esse povo segue tendo de resistir. O fez quando as empresas de camarão se instalaram por ali, nos anos noventa. E quando chegou um dos [maiores parques eólicos do Ceará](#), na década seguinte. A promessa de energia limpa foi cumprida, mas a instalação atropelou a comunidade tradicional, que passou a ser excluída também pela economia verde. Este último caso ilustra um conceito que o movimento negro brasileiro levou para debate à última cúpula do clima, celebrada em Glasgow: o racismo ambiental.

MAIS INFORMAÇÕES

Desmatamento na Amazônia é o maior em 15 anos, e Governo é acusado de esconder dados da COP26

“O racismo é a ideologia mais longa, que construiu grande parte da humanidade e que vem antes do liberalismo, do marxismo... Até hoje a sociedade está organizada sob o racismo”, explica a arquiteta e urbanista Dulce Maria Pereira, professora da Universidade Federal de Ouro Preto e ex-presidenta da Fundação Cultural Palmares (1996-2000). O racismo ambiental, diz ela, é uma das formas como a discriminação [se materializa nos territórios](#). “Implica sempre no exercício de poder por meio da retirada dos vários grupos humanos de seus espaços, deslocando as pessoas ou submetendo-as ao interesse de grupos que obviamente não são os negros, indígenas, pescadores ou ribeirinhos”, explica. O resultado disso, segundo o historiador Douglas Belchior, cofundador da Uneafro e da Coalizão Negra por Direitos, que esteve na COP26, é “a falta de segurança ambiental nos territórios urbanos e rurais de maioria populacional negra, [impactada pela expropriação, poluição hídrica e atmosférica](#), eventos climáticos extremos, despejo de resíduos, falta de saneamento básico, enchentes, deslizamentos, doenças”. Não é possível, ele argumenta, discutir justiça climática sem questionar a dimensão racial.

VIDEOS DESTACADOS

Powered by **[primis]**NOW
PLAYING

Era 2007 quando a marisqueira Cleomar Ribeiro da Rocha, presidenta da Associação Quilombola do Cumbe, ouviu falar pela primeira vez sobre os riscos de apagão e a [necessidade de gerar mais energia](#). Na época, um parque eólico começava a ser estruturado no território ancestral onde nasceu, cresceu, casou e criou seus cinco filhos. Falava-se em progresso e nos empregos que seriam gerados pela instalação de

uma usina de energia renovável, praticamente sem impactos para os nativos. Mas os viveiros de camarão já tinham deixado a comunidade ressabiada. As empresas privatizaram áreas próximas ao mangue, ocuparam as terras usadas para a agricultura e estenderam o caminho a ser percorrido para conseguir pegar mariscos.

“A infância da gente foi nas gamboas [braços do rio]. As [mulheres iam pescar camarão nativo e arrastar siri](#) e levavam as filhas. Hoje não temos mais acesso a muitas dessas áreas, foi tudo privatizado. A gente se sente como se estivesse sendo expulso do nosso lugar”, conta Cleomar. Era difícil, portanto, acreditar na bonança geral dos ventos das eólicas, e ela se juntou a outras pessoas da comunidade para questionar o empreendimento. Mal foram ouvidos. “Víamos as coisas acontecendo sem entender nada. Quando eles chegaram, a comunidade virou do avesso”, conta, sentada em uma canoa às margens do mangue de onde tira ostra e sururu.



Cleomar Ribeiro da Rocha, de 46 anos, sentada em uma canoa às margens do mangue de onde tira ostra e sururu.
FERNANDA SIEBRA

“A energia é limpa, sua instalação, não”

O projeto, tocado inicialmente pela empresa Bons Ventos e hoje administrado pela CPFL Renováveis, foi instalado em uma comunidade dividida. A promessa de emprego fez parte dos moradores trocarem a pesca artesanal pela empresa. Casas simples dos pescadores passaram a ser alugadas por valores exorbitantes. A única estrada que leva ao Cumbe foi asfaltada para viabilizar a passagem dos veículos pesados e das [enormes hélices dos aerogeradores de energia](#) —os cataventos gigantes vistos de longe. O asfalto é das poucas benfeitorias reconhecidas pela comunidade, antes ilhada, sem acesso à sede urbana de Aracati em dias de chuva. Rapidamente, a comunidade viu chegarem os mais de mil homens que atuariam na instalação do parque. “Uma série de problemas que nunca havíamos visto começaram a aparecer”, conta Cleomar.

Multiplicaram-se os bares e o assédio às mulheres da comunidade, que passou a atrair também a prostituição. “Houve uma geração que as pessoas chamavam de filhos dos ventos, porque as mulheres não sabiam quem eram os pais”, conta João do Cumbe, historiador que cresceu na comunidade. O ambiente tranquilo se foi. A passagem de veículos pesados pela estrada fazia tremer as casas de taipa dos quilombolas e causou até rachaduras nas paredes da tradicional Igreja Nosso Senhor do Bonfim. Cleomar e João contam que foi preciso brigar para evitar até mesmo que um aerogerador fosse instalado dentro do cemitério da comunidade, que guarda a honra dos mortos e uma [cruz onde os locais costumam rezar](#). “Foi um inferno que vivemos. É por isso que repetimos aqui que a energia é limpa, a instalação, não”, resume João do Cumbe.



Manutenção dos aerogeradores do parque eólico.
FERNANDA SIEBRA

“A economia verde não pode seguir esse modelo, fruto da escravidão da terra e dos povos, originários e africanos, mudando apenas de nome, com uma lavagem verde, mudando de cor”, defende o historiador Belchior. Ele não vê outra saída se o objetivo for, por exemplo, preservar os rios e florestas: “A titulação e reconhecimento dos territórios quilombolas é parte fundamental na garantia de direitos constitucionais da população negra, assim como as demarcações de terras indígenas em todo território brasileiro. São os povos e comunidades tradicionais que ainda defendem e preservam a floresta.”

Em 2009, o Cumbe aproveitou um feriado de 7 de Setembro para fechar a estrada e exigir uma série de reivindicações. Para se chegar ao parque eólico, é preciso passar por dentro da comunidade, e o acesso foi interrompido por 19 dias. Os quilombolas queriam [garantias de mitigação dos impactos](#) em duas décadas e pediam para serem beneficiados com algum tipo de isenção por aquela energia. Também queriam garantir a preservação da igreja e o acesso à praia onde costumavam pescar —que sempre ocorreu pelas dunas, agora cercadas. Conseguiram avançar pouco nas negociações e até hoje não têm nenhum subsídio elétrico, mas reabriam a estrada. “Nós, que reclamávamos, passamos a ser vigiados e

vistos como ameaça. A estratégia deles até hoje é a mesma dos colonizadores do passado: nos dividir para conquistar nosso território”, critica Cleomar.

Com o passar dos anos, após a instalação completa do parque, os [empregos para os nativos rarearam](#) — eles atuavam basicamente no trabalho braçal, para cavar as valas de instalação dos aerogeradores, contam os moradores. E os impactos foram se acumulando. As dunas ganharam uma estrada de pedregulhos por onde passam os veículos responsáveis pela manutenção dos equipamentos. Pássaros em sua rota de migração morriam ao se chocar com as hélices. À noite, luzes vermelhas piscam nos aerogeradores, com potencial para desorientar as tartarugas que desovam na região. A intervenção humana também acelerou o processo de movimentação das dunas, e o paredão de areia parece cada vez mais próximo da comunidade.



João do Cumbe mostra placa com aviso de propriedade privada nas dunas onde foram instalados os aerogeradores.
FERNANDA SIEBRA

As tentativas de resolver um problema acabaram gerando outros. “O grande fetiche é por ônibus elétrico, a nitrogênio, a água, mas os prefeitos são incapazes de discutir o sistema de transporte atual nas grandes capitais”, compara o geógrafo Diosmar Filho, que também chama a atenção para o impacto das novas fontes de energia instaladas no Nordeste. A região é responsável por mais de 86% da energia eólica produzida no país, assim como da maior parte da energia solar. Em julho deste ano, a produção de energia eólica [ultrapassou a marca de 11.000 megawatt/hora](#), o suficiente para abastecer toda a região. “Os municípios estão abrindo mão de ISS e os Estados, de ICMS, para que as empresas venham, tenham acesso a terras públicas e se instalem”, destaca Diosmar. “O seu modelo é tão excludente e violento como [o das barragens das hidrelétricas](#), que colocaram debaixo d’água comunidades quilombolas e indígenas”, complementa.

Excluídos pela energia do futuro

É este o sentimento de parte da comunidade do Cumbe. “Se a energia limpa fez o que fez com a gente, imagina a suja!”, diz Cleomar. “Quando o mar não dava peixe, as lagoas que se formam nas dunas e o mangue davam nosso sustento. As dunas só ganharam importância aos de fora quando a eólica chegou”, conta. Durante algum tempo, até mesmo o direito de passar por dentro do parque para chegar até a praia foi interrompido, em parte pelo risco de transitar na área. Os cabos e fiações são identificados na duna com palhas de coqueiro e algumas placas. A Defensoria Pública teve de intervir para garantir aos nativos o acesso, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A esta altura, os quilombolas já tinham percebido: seguiriam excluídos até mesmo pela energia do futuro.

“Não havia muita referência na época. A energia limpa era uma demanda nossa, de que o capitalismo se apropriou. Essa história de economia verde aqui caiu por terra”, afirma João do Cumbe, de 48 anos, enquanto nos guia em um passeio pela comunidade e pelo [parque eólico](#), apontando as placas que indicam a área das dunas como “propriedade privada”. Do alto de uma tirolesa colocada em um complexo turístico na região, mal se vê as casas dos nativos. A paisagem está tomada por dezenas de viveiros de camarões. Ao fundo, no topo das dunas de areia branca, os aerogeradores cortam o céu azul. João do Cumbe orienta o caminho da estrada aterrada na duna por onde circulamos em um carro popular enquanto lembra dos tempos em que se podia circular livremente pelas lagoas naturais formadas de janeiro a março. “Parecia até os Lençóis Maranhenses”, compara. “Quem protege o meio ambiente são as comunidades tradicionais. Somos os guardiões deste patrimônio. Eu existo em função da duna, do mangue, da lagoa. É aí que opera o racismo ambiental: tratam o assunto como se nós não tivéssemos direito à duna, ao mangue e à lagoa.”



Parque eólico na comunidade do Cumbe.
FERNANDA SIEBRA

As intervenções externas ampliam o medo de perder um território que vem encolhendo substancialmente ao longo dos anos. Reconhecida como um quilombo pela Fundação Palmares, a comunidade do Cumbe ainda luta pela regularização fundiária, etapa fundamental para ganhar o reconhecimento do Incra, responsável pela titulação dos territórios quilombolas. “Nós chamamos isso aqui de *cercamento expulsivo*”, explica João do Cumbe. “Se já é difícil conseguir a regularização fundiária normalmente, imagina em um lugar cercado pela carcinicultura, por uma usina eólica e por empreendimentos turísticos.” O Cumbe fica próximo à praia de Canoa Quebrada, um polo de turismo local.

Nem mesmo a identificação de *sítios arqueológicos* após um estudo solicitado pelo Iphan, que indicou ocupação humana na região há pelo menos 7.000 anos, barrou o avanço do parque eólico na época de sua instalação, entre 2007 e 2009. O salvamento dos objetos, que poderia durar anos, foi feito em poucos meses, e as mais de 40.000 peças foram direcionadas a um museu do Rio Grande do Norte, onde permaneceram por anos para só agora serem repatriadas em um museu da comunidade, uma das compensações conseguidas na pauta de reivindicações com o fechamento da estrada em 2009.

O que diz a empresa responsável

O EL PAÍS questionou a CPFL Renováveis sobre o que a empresa faz para minimizar o impacto dos aerogeradores no Cumbe. “O empreendimento possui todas as licenças e autorizações pertinentes junto às autoridades competentes. Todos os aspectos do projeto foram observados e suas respectivas medidas de controle ambiental foram estabelecidos pelo órgão ambiental competente e estão sendo cumpridas integralmente pela companhia”, respondeu a companhia em nota.

Este jornal também questionou quantos empregos o parque eólico gera atualmente para a comunidade e se existe algum plano para beneficiá-la diretamente pela produção de energia, como seus moradores demandam, entre outros pontos. “Ao longo dos últimos anos, foram implementados inúmeros projetos sociais por meio de ações diretas como a construção do Museu Arqueológico e Comunitário, para permitir o repatriamento de vestígios arqueológicos da região”, explicou a companhia. Ela também destaca projetos de capacitação profissional “com o objetivo de fortalecer a mão de obra local e, consequentemente, aumentar a participação local no mercado de trabalho”. Para isso, continua, foram ofertados cursos para a população local, como culinária e corte/costura, gerando “frutos positivos também apoiados pela CPFL através do fornecimento de tecido e insumos para produção, visando a confecção de máscaras e *ecobags* para incentivar a economia local”.



O pescador aposentado Antônio Ferreira de Oliveira, de 70 anos, organiza as redes de pesca em sua casa.
FERNANDA SIEBRA

“Não reconheço mais o lugar onde nasci”

“Ainda não sei dizer [se essa eólica é uma coisa boa ou ruim](#). Pra mim, nunca foi bom. Eu não condeno a eólica nem nada. Mas eles devem tirar aí milhões de energia, e beneficiam o Cumbe em quê? Nada. Estão ganhando dinheiro às nossas custas e mudando tudo aqui”, diz o pescador aposentado Antônio Ferreira de Oliveira, de 70 anos. Da porta de sua casa, um imóvel de tijolo aparente próximo ao mangue, ele vê dezenas de aerogeradores com suas hélices girando incansavelmente.

Antônio se aposentou logo que o parque foi instalado. Ele cresceu no Cumbe, sonhando com o tempo do inverno, quando comia mel e puxa-puxa dos engenhos da região. Viu a plantação de cana de açúcar acabar e os viveiros de camarão ocuparem áreas agrícolas e mudarem os rumos da comunidade. Até a quantidade de peixes diminuiu. O despejo frequente de produtos químicos pela carcinicultura nos aquíferos contaminou o lençol freático, salinizou a água e desestabilizou o meio ambiente. “Hoje me dá uma tristeza ver tanta árvore morta, o mangue morrendo. Caranguejo ainda tem aqui, porque o caranguejo veio pra levar o mundo nas costas. Vou pescar e, às vezes, não pego nenhum peixe, mas caranguejo ainda tem”, conta. “Hoje eu olho pro Cumbe e digo que conheço, mas não reconheço o lugar onde eu nasci.”



Vegetação ressecada na área do mangue, na comunidade do Cumbe.
FERNANDA SIEBRA

[Apoie nosso jornalismo. Assine o EL PAÍS clicando aqui](#)

Inscreva-se [aqui](#) para receber a newsletter diária do EL PAÍS Brasil: reportagens, análises, entrevistas exclusivas e as principais informações do dia no seu e-mail, de segunda a sexta. [Inscreva-se](#) também para receber nossa newsletter semanal aos sábados, com os destaques da cobertura na semana.

Mais informações



Viagem pela BR-319: estrada rumo à destruição da Amazônia

NAIARA GALARRAGA GORTÁZAR | REALIDADE (AMAZONAS)

União Europeia planeja veto a produtos agrícolas provenientes de áreas desmatadas

INÍCIO > CULTURA

PARA ASSISTIR

Mostra Cinema dos Quilombos on-line começa nesta quarta (14)

Programação é gratuita e conta com 13 curtas realizados por quilombolas

Redação

Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG) | 13 de Julho de 2021 às 13:49



Filme "A viagem do Seu Arlindo" conta histórias da comunidade Quilombola de Pedra Branca e está entre as exibições da mostra – Foto: Reprodução

Começa nesta quarta (14), a segunda Mostra de Cinema dos Quilombos, projeto idealizado pelo cineasta mineiro Cardes Monção Amâncio, coordenador do Cinecipó. A programação, que vai até dia 24 de julho, é totalmente online, gratuita e conta com 13 curtas-metragens. Os filmes estarão disponíveis por 24h, a partir das 9h do primeiro dia, nos sites www.todesplay.com e www.cinemadosquilombos.com.br.

curatorial foi compartilhado com Edison Quilombola, Rosimere Souza, Claudiene Souza, Maria Eunice, Wiliam Souza Franco e Dione Marques, todos moradores Quilombo dos Marques.

A programação também conta com debates com os realizadores dos filmes. Mais informações em cinemadosquilombos.com.br.

História

A ideia da mostra surgiu durante a realização do documentário "Rota do Sal Kalunga", filme dirigido em 2014 por Cardes Monção Amâncio e André Portugal Braga, sobre o quilombo dos Kalungas. Na ocasião, o Cardes percebeu o quanto seria importante um espaço que ampliasse a visibilidade de filmes produzidos nos quilombos, realizados por quilombolas ou em parceria com pessoas de fora das comunidades.

O projeto também realiza oficinas audiovisuais em comunidades quilombolas, além de manter aberto um chamamento para filmes produzidos por quilombolas e cineastas cujos trabalhos dialoguem com o tema.

::Ceará: concurso de fotografia premiará juventude do campo, indígenas e quilombolas::

Programação

1- Quilombo Mata Cavalo

Direção: Jurandir Amaral / 2018 / 16' / livre

Quilombo Mata Cavalo / Nossa Senhora do Livramento (MT)

Sinopse: No Quilombo Mata Cavalo, quilombolas distribuídos em seis comunidades resistem para preservar seus traços culturais, manter a integração comunitária e conquistar a regularização das terras herdadas de seus ancestrais.

2- O Mundo Preto tem Mais Vida

Direção: Sabrina Duran / 2018 / 37' / livre

Quilombo de Santa Rosa dos Pretos / Itapecuru-Mirim (MA)

Sinopse: A construção e ampliação da Estrada de Ferro Carajás, da BR 135, atravessa violentamente a comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos Itapecuru-Mirim, no Maranhão. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a

SALISBURY.

3- Cumbe – memórias quilombola

Direção: Iorana Silva, Vivian Raqueli Silva, Nicolas Michel Silva, Jhonatan Moreira, Nicolay Silva, Antônio Martins Neto, Robert Rocha, Ednilson Oliveira, Tiana Cassiano, Amanda Nogueira, Cleomar Rocha / 2020 / 11' / livre

Quilombo do Cumbe / Aracati (CE)

Sinopse: Uma colcha de retalhos. Memórias de quem somos.

4- Cofo do Rampa

Direção: Naýra Albuquerque / 2019 / 12 / livre

Quilombo Rampa / Vargem Grande (MA)

Sinopse: O fazer do cofo de palha do Quilombo Rampa, acompanhado atentamente pelas visões de uma câmera aprendiz, gerando um cinema-aprendiz.

5- Jacá do Quilombo

Direção: Raimundo José e Aparecida Leite / 2020 / 11' / livre

Quilombo Rampa / Vargem Grande (MA)

Sinopse: O quilombola Modesto Santos de 56 anos mostrando como se faz o jacá, uma pratica ancestral que passa de geração para geração no quilombo Rampa.

6- A Viagem de Seu Arlindo

Direção: Sheila Altoé / 2018 / 16' / livre

Quilombo de Pedra Branca / Vargem Alta (ES)

Sinopse: Na comunidade Quilombola de Pedra Branca, nas montanhas capixabas, os mais velhos preservam a tradição de contar histórias para os mais jovens como a do dia em que o Seu Arlindo decide fazer uma misteriosa viagem, deixando intrigados os moradores locais.

7- O Retorno de Luzia

Quilombo Quixabeira e Feijão / Arraias (TO)

Sinopse: Do centro da cidade de Mirandiba aos quilombos da Quixabeira e Feijão, a paisagem sertaneja e o Baobá, árvore ancestral de África, vão abrigar a narrativa do retorno de Luzia ao quilombo, depois da dor e superação do racismo vivido na cidade.

8- Mulher Guerreira

Direção: Carlúcia de Melo Soares / 2015 / 12' / livre

Arraias (TO)

Sinopse: O filme conta a história da diretora, uma descendente quilombola que não desistiu diante das dificuldades, estudando, aprendendo a profissão de pedreira e conquistando seus sonhos.

9- Pra se contar uma história

Direção: Elen Linth, Lucicleide Santos, Diego Jesus e Leandro Rodrigues / 2013 / 25' / livre

Quilombo Santiago do Iguape / Cachoeira (BA)

Sinopse: Na comunidade quilombola Santiago do Iguape, Neguinha conta uma história de resistência.

10- Senhoras do Dendê

Direção: Auzerina Baptista e Jefferson Gonçalves Correia / 2019 / 38' / livre

Quilombo Sapê do Norte / São Mateus (ES)

Sinopse: As Senhoras do Dendê ocupam tradicionalmente o território quilombola do Sapê do Norte (municípios de São Mateus e Conceição da Barra-ES) há muitas gerações, mantendo e transmitindo diversos saberes e fazeres coletivos, também ocupam posições de destaque em casas de candomblé e umbanda no Sapê do Norte e na Grande Vitória. O filme registra um encontro dessas senhoras, suas trocas de saberes e de luta contra o extermínio dos dendezeiros por uma grande empresa de celulose.

11- Candombe do açude: o passado contado pelo canto. Ep. 1: Pandemia – Isolamento ou Respiro?

Quilombo do Açude / Jucuruema (MA)

Sinopse: Série de três documentários sobre o quilombo do Açude. O primeiro episódio – Pandemia: isolamento ou retiro – retrata sobre como foi o ritual do Candombe nesse momento de pandemia no ano de 2020 e mostra como a nova geração vivenciou e sentiu a manifestação de suas tradições, pela primeira vez em 20 anos sem a influência de visitantes.

12- Tambor na Mata

Direção: Raimundo José da Silva Leite / 2019 / 25' / livre

Quilombo Rampa / Vargem Grande (MA)

Sinopse: Tambor na Mata é uma manifestação cultural realizada todos os anos no Quilombo Rampa município de Vargem Grande-MA, sempre no dia 31 de dezembro, crianças, jovens, homens e mulheres do quilombo escolhem uma parte da mata onde vão pela manhã e voltam só a tarde pra casa, passam o dia inteiro cantando e dançando tambor na mata.

13- Lealdade

Direção: Ana Stela Cunha e Milla Negrah Avelar / 2019 / 7' / livre

Quilombo do Damásio / Guimarães (MA)

Sinopse: No Quilombo de Damásio – tal como em praticamente todo o Estado do Maranhão – a brincadeira da “dança portuguesa” faz parte dos extensos festejos juninos. Mas quando nos deparamos com esta brincadeira numa “terra de preto” (como tem sido definido pelos seus moradores este espaço, que extrapola a geografia) o estranhamento vem à tona.

Debates com realizadores

Sessão 1: “Aqui é o nosso sossego, aqui é nossa casa, aqui é o nosso território, aqui é onde a gente quer ficar” – Maria José da Conceição

Quarta-feira (14) / 19h – mediação de Edson Quilombola e de Rosinere Franco

Sessão 2: “Estiano o tino do tempo” – Seu Arlindo

Sábado (17) / 17h – mediação de Alessandra Brito e de Dione Marques

força real (24) / 17h – mediação de Maya Quilolo e de Willian Souza Franco

Sessão 4: “A Real força do sagrado” – Danilo Candombe

Sábado (24) / 17h – mediação de Maya Quilolo e de Willian Souza Franco

Fonte: **BdF Minas Gerais**

Edição: Elis Almeida

27

RELACIONADAS

Comunidades geraizeiras do Norte de Minas protestam contra a mineradora chinesa SAM

PR: Comunidade Quilombola Paiol de Telha conquista a posse de áreas a serem tituladas

Mineiro lança filme sobre a história de resistência do famoso pastel de angu



Todos os conteúdos de produção exclusiva e de autoria editorial do Brasil de Fato podem ser reproduzidos, desde que não sejam alterados e que se deem os devidos créditos.



**Cuidar das mulheres é
prioridade todos os dias do ano.**



Comunidades Quilombolas do Ceará; quantas existem e onde se localizam

5 de abril de 2021 15:26



Foto: Camila Garcia



A História do Brasil se confunde com a história do processo de escravização da população negra e indígena. Foram séculos de violência física, mental e de extermínio que teve como consequência um racismo estrutural. Governantes brasileiros, de imperadores a presidentes, foram responsáveis pela promoção e perpetuação da desigualdade racial, com leis que dificultavam o acesso de negros e negras a direitos fundamentais como a terra e a educação, além de os criminalizarem também por legislação. A Lei de Terras de 1850 e a Lei da Vadiagem de 1942 são exemplos disso.

população negra existe e resiste. Fora do continente africano, o Brasil é o país mais negro do mundo. Mais da metade da população brasileira é negra (56,10%). No Estado do Ceará, por exemplo, esse número sobe para a casa dos 72,5% e em Altaneira, tendo como base o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o número de negros/as representava 71%. No entanto, mesmo se constituindo maioria, negros e negras são minorias nos espaços de poder. O racismo é visto e sentido institucionalmente.

Quando se fala em resistência, em luta por direitos e em formas de organização social como caminhos para se insurgir contra o poder estabelecido e contra a repressão e a escravidão, a palavra Quilombo é uma das (se não a mais) mais apropriadas. Ela não tem origem no Brasil, mas na África. Em terras brasileiras ela aparece no período colonial para fazer referência a grupos de negros e negras escravizadas que ao se levantarem contra o sistema escravista fugiram das amarras dos senhores escravocratas, passando a se aglomerarem e a se fortalecerem em comunidades. Figuras como Zumbi e Dandara (líderes do Quilombo dos Palmares, no atual estado de Alagoas) e Tereza de Benguela (Quilombo do Quariterê, no atual estado do Mato Grosso) são os exemplos mais emblemáticos dessa luta.

Após a Constituição de 1988 (CF/88) é que o termo “remanescentes de quilombolas” aparece pela primeira vez em um contexto marcado pela memória de mais de três séculos de escravidão, mas também por mais 21 anos de recessão, de ausência de liberdade e de torturas trazidas pela Ditadura Civil-Militar. O corpo e a mente do povo negro sofre mais uma vez.

O “remanescente de quilombolas” surge dentro desse contexto, mas também marcado pela redemocratização e o Art. 68 da CF/88, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias traz:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Quilombos e comunidades remanescentes destes são símbolos de resistência ao poder estabelecido que segregou e segrega, que escravizou e de luta por direitos básicos como liberdade, terra e moradia e inserção social. O próprio artigo trazido a lume é um exemplo de que as poucas conquistas da população negra são frutos do poder da organização e da mobilização tendo como referência os movimentos negros. Muitas das conquistas estão apenas nos papéis, infelizmente. Outras, estão incompletas.

Quantas têm e onde estão localizadas?

gãos oficiais do governo dão conta de que, com exceção do Acre, todos os estados brasileiros possuem comunidades quilombolas. No Brasil são mais de 3.000 comunidades reconhecidas onde a base de sua organização e das relações sociais e políticas é a ancestralidade comum, a identidade étnico-racial.

No Ceará, por exemplo, segundo informações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), há 70 comunidades quilombolas reconhecidas pela Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Ceará (CEQUIRCE) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) distribuídas em mais de 30 municípios e 42 delas já possuem a certificação dada pela Fundação Cultural Palmares, como as localizadas nos municípios de Tamboril, Quixadá, Novo Oriente, Crateús, Itapipoca, Ocara, Salitre, Ipueiras, Tururu, Pacujás, Araripe, Potengi, Aquiraz, Caucaia, Horizonte, Baturité, Croatá, São Benedito, Monsenhor Tabosa, Quiterianópolis, Tauá, Coreaú/Moraujo, Iracema e Acaraú.

Foi veiculado nos principais sites e portais do Ceará, como o Diário do Nordeste e Portal Badalo, uma lista de municípios cearenses que não receberiam novas doses de vacinas anticovid-19 por não terem cumprido meta da vacinação. Dentre eles estaria Altaneira.

Nota veiculada pelo Governo Municipal por meio da Secretaria Municipal de Saúde na noite desta sexta-feira (02) justifica que a retenção através Tribunal Regional da Região (TRF-5), se deu por não terem aplicado vacinas em população Quilombola localizada na zona rural da Bananeira. A Secretaria destacou ainda que desconhece a existência de comunidade no município como quilombola, mas que entrou em contato via e-mail com o estado visando adquirir mapeamento e a lista dos membros dessa comunidade já que foi estipulado uma meta de 1250 pessoas a serem vacinadas.

Outra informação divulgada na nota é que foi feito contato com o presidente da Associação desta comunidade com a finalidade de dispor de documentos que confirmem esses dados e que está no aguardo das respostas.

É importante destacar que em todas os censos já realizados no município, seja pelo IBGE ou por outro órgão, nunca se constatou essa informação. Nenhuma comunidade de Altaneira tinha se autodefinido/autoidentificado como “remanescentes de quilombolas”. Ivan Lima e David da Silva, em artigo intitulado “Territórios quilombolas no Ceará: educação, processo histórico e identidades” referenda esses dados trazidos a lume e citando Simone Dantas (2011) afirmam que:

“No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras

upadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado.”

Dados do próprio Governo do Ceará, ao citar as 70 comunidades quilombolas – incluindo as que não dispõem de certificação junto a Fundação Palmares – não consta a referida comunidade de Altaneira. Mapeamento das Comunidades Quilombolas do Ceará iniciado em 2018 e finalizado em março de 2019, conforme publicação no Blog do Quilombo do Cumbe (Cumbe é uma comunidade quilombola de Aracati) também não há menção desta em Altaneira.

O Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC) e a Cáritas Diocesana de Crato – CE realizaram um importante trabalho com comunidades rurais de algumas cidades da Região do Cariri, Estado do Ceará. O material refere-se ao Mapeamento das Comunidades Rurais Negras e Quilombolas do Cariri. O trabalho que foi publicado neste Blog ocorreu em 2010 e visitou 25 comunidades em 15 municípios e também não consta Altaneira.

Os dados estão desencontrados, visto que alguns apontam para a existência dela no Sítio Bananeira e mapeada pela Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE), conforme informações repassadas pela equipe do governo municipal ao Blog Negro Nicolau.

É necessário entrar em contato (obedecendo as regras da OMS) o mais rápido possível com integrantes da comunidade, ver se eles realmente se autodeclararam; se deram entrada junto a Fundação Palmares para a obtenção de documentos que os regularize. Se se autodeclararam e caso não tenham feito é preciso os auxiliar nesse processo. Outro caminho é uma resposta positiva da CEQUIRCE já que a entidade disse ter o mapeamento. Já é um caminho para iniciar a vacinação e correr atrás das documentações para posterior certificação.

Por: Nicolau Neto/Blog Negro Nicolau

Relacionado **Posts**

ESPORTE

Governo do Ceará negocia com Seleção Brasileira feminina para inauguração do Romeirão

MEIO AMBIENTE

Conferência no Recife discute impactos do lixo nas mudanças climáticas

ESPORTE

Copa do Brasil: Na Arena Castelão, Vina e Cléber marcam e Ceará elimina a Tuna Luso

QUILOMBO DO CUMBE: COMUNIDADE NO CEARÁ LUTA PARA SER RECONHECIDA E RESISTE À PRESSÃO

Resort, usina eólica e carcinicultura dificultam a permanência de remanescentes de quilombos no litoral cearense

Arte: Gabi Lucena

0:00 / 0:00

Por Cristiane Sampaio

Brasil de Fato | Fortaleza (CE), 16 de janeiro de 2020

Em artigo recente sobre a virada do ano, a escritora mineira Conceição Evaristo afirmou que é tempo de se “aquilombar”. “É tempo de caminhar em fingido silêncio e buscar o momento certo do grito, aparentar fechar um olho evitando o cisco e abrir escancaradamente o outro. É tempo de ninguém se soltar de ninguém”, disse a autora, em versos que descortinaram este 2020.

A mística do texto, que evoca a resistência de negros africanos escravizados no passado colonial, é a mesma que embala a luta do Quilombo do Cumbe, em Aracati (CE), no tempo presente. Para os moradores da área, este é mais um ano que se inicia em meio a muitas incertezas, mas com a garantia de mais um período de forte articulação do povo tradicional da região.

...um território e ter esse copo, essa dignidade, porque eu acho que os quilombos foram formados disso, de pessoas que vieram na luta da sua liberdade e da sua dignidade. Acho que a ideia é essa. É cada vez mais a gente estar fortalecido”, aponta a pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha, presidenta da Associação Quilombola do Cumbe.



“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto”, afirma pescadora artesanal Cleomar Ribeiro da Rocha (Foto: Galba Nogueira)

Nos últimos tempos, a ameaça de instalação de um resort libanês na região deixou os moradores em maior estado de alerta. Mas esses maus prenúncios já não são uma novidade na vida dos quilombolas locais: a comunidade do Cumbe é alvo de um confronto permanente e com muitas faces, envolvendo uma usina eólica, empresas de carcinicultura e atores políticos da região. E o motivo não é muito diferente daquele que dá vida a outros conflitos no país: a disputa pelo território.

Situada no litoral leste do Ceará, a comunidade do Cumbe abriga 105 famílias remanescentes de quilombos e está ao lado da praia da Canoa Quebrada, um dos pontos turísticos mais movimentados do estado. Limitada ao mar por dunas que abraçam o território quilombola, a área está envolta também por um mangue que



Os ganhos provenientes do manguezal, no entanto, já não são os mesmos. É o que conta o pescador artesanal Ronaldo Gonzaga da Silva, que desde os 8 anos de idade vive do ecossistema. O motivo da escassez é a chegada da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro). Empresas do ramo se instalaram desde a década de 1990, trazendo para a região um desequilíbrio ambiental jamais visto no povoado, segundo contam os moradores.

Por conta do despejo frequente de produtos químicos nos aquíferos, a prática contamina o lençol freático, saliniza a água e desestabiliza o meio ambiente. O resultado salta aos olhos de quem passa pelo local: parte do manguezal hoje está desidratada, e o tradicional aspecto enlameado que caracteriza esse tipo de ecossistema deu lugar a uma vegetação que lembra o cerrado em época de seca, com solo árido e uma paisagem inteiramente acinzentada, sem verde.



Parcialmente destruído, manguezal amarga estragos causados pelos tanques de carcinicultura (Foto: Galba Nogueira)

Aos pescadores restou o lamento, fruto da inevitável queda nos ganhos com a pesca. “Antigamente, há 20, 15 anos, um catador chegava a pegar até 300, 400 caranguejos por dia. Hoje, se ele trabalhar muito, ainda consegue pegar 150, no máximo. É prejuízo e preocupação. [Antes] tinha mais caranguejo, mais peixe, mais produto, porque tinha mais mangue, mais vegetação. O rio era mais farto”, relembra Ronaldo.

O professor Jeovah Meireles, do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), explica que o manguezal é um dos ecossistemas mais produtivos da natureza, constituindo a base de uma complexa cadeia alimentar. Por conta disso, a criação de camarão em cativeiro é bastante onerosa ao meio ambiente, uma vez que o mangue cumpre ainda funções ecológicas relacionadas à biodiversidade marinha.

Os viveiros do crustáceo também estão diretamente relacionados ao desmatamento, sobretudo da carnaúba, principal traço da paisagem do Cumbe. Moradores da região denunciam que é comum carcinicultores grilarem terras públicas, das quais se apossariam aos finais de semana e feriados para, em meio à ausência de fiscalização ambiental, promover queimadas ilegais e cavar os tanques que dão origem aos viveiros.

uma capa na nossa cara todo dia”, disse a reportagem um nativo que não quis se identificar por medo de represálias.



Viveiros de camarão dominam espaço e são visíveis do alto das dunas (Foto: Galba Nogueira)

“COLAPSO” SOCIOAMBIENTAL

Outra faceta da carcinicultura está ligada a danos socioambientais, segundo destaca Jeovah Meireles. O professor afirma que a atividade provoca um “colapso no modo de vida das populações que dependem da natureza”.

Diferentemente do discurso de desenvolvimento e geração de emprego feito pelos empresários do setor ao se instalarem, Meireles pontua que tem se deparado com uma realidade pautada na concentração de renda e na baixa geração de postos de trabalho.

Um estudo feito pelo pesquisador em parceria com outros analistas ambientais visitou 245 fazendas de camarão no Ceará e constatou que o potencial socioeconômico do setor está aquém do anunciado.

os impactos da carcinicultura se somam ainda os aborrecimentos dos moradores com a instalação de uma usina eólica que há cerca de 12 anos “tirou o sossego” dos nativos, segundo contaram as fontes ouvidas pelo **Brasil de Fato**.

DUNAS EM MOVIMENTO

Aos impactos da carcinicultura se somam ainda os aborrecimentos dos moradores com a instalação de uma usina eólica que há cerca de 12 anos “tirou o sossego” dos nativos, segundo contaram as fontes ouvidas pelo **Brasil de Fato**.

A comunidade aponta que o empreendimento alterou a rota de migração dos pássaros e a dinâmica de movimentação das dunas litorâneas. Com isso, causou um temor na vizinhança em relação à aproximação do paredão de areia que cerca o local.

“Ele andava 16 metros por ano. Agora, anda muito mais. Eu conheci esse vale aqui lá dentro. Mais dez anos, e isso está aqui em cima”, projeta o memorialista José Correia, morador de um antigo casarão local.

“Eu perdi 30% da minha qualidade de vida. Eu morava no maior sossego. Outra coisa: nós pagamos energia caríssima. Nossa energia não barateou em nada”, queixa-se Correia, refutando as promessas feitas anteriormente pela empresa dona do parque eólico, a CPFL Renováveis.

A atuação da companhia na região rendeu ainda outras críticas, como é o caso do comprometimento do patrimônio histórico. No local, pelo menos 70 sítios arqueológicos foram catalogados por pesquisadores. Estudos apontam que civilizações antigas viveram no local entre 7 e 12 mil anos atrás.

De acordo com o memorialista Correia, do Instituto do Museu Jaguaribano, machados, cachimbos, urnas e outros itens dividem hoje o espaço debaixo da terra com o cabeamento e o maquinário do complexo eólico. O parque é formado por 67 torres.



Imponentes, torres eólicas chamam a atenção já na entrada do território do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

“Eles não respeitaram nem a memória afetiva local. Você vê pela Santa Cruz da Ubadeira, que está no ponto mais alto. Ela [a cruz] tem dez metros. Eles botaram uma torre eólica do lado. A usina engoliu a estética do monumento”, critica o memorialista, ao mencionar o símbolo principal de um antigo cemitério hoje ameaçado pelos equipamentos da empresa.

O cemitério, cuja data de inauguração ainda é uma incógnita, remete ao antigo quilombo ali instalado na época da escravidão. A chamada Santa Cruz da Ubadeira foi posta no espaço em referência à chegada do século 20, tendo sido datada em outubro de 1900.



Instalações da usina eólica contornam o cemitério da comunidade do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

Presente na cruz em letras garrafais, a data é matéria-prima das reflexões de João Luís Joventino do Nascimento, uma das lideranças populares mais ativas da região. Visitantes e parceiros da comunidade o chamam pelo nome de João do Cumbe.

Membro da associação local e historiador de formação, ele ressalta que os inscritos encontrados no mausoléu registram a existência do Cumbe naquele período, a despeito das manifestações, ainda presentes, de que não teria havido escravos nem quilombo na região.

Pesquisadores e nativos destacam, por exemplo, a origem africana do termo “cumbe”, que, em alguns países de língua hispânica, é uma referência aos espaços onde escravos africanos se refugiavam e organizavam a resistência contra o sistema então vigente.

“O que eu gosto de falar com relação a isso é da presença de marcadores africanistas aqui. O próprio nome ‘Cumbe’ remete à ancestralidade africana, à questão dos engenhos. O fato de dizerem que não viram – não sei se os avós deles não contaram isso – não quer dizer que não tivesse. Os documentos do Cumbe são de 1760”, sublinha o historiador.

Carta Ultramar, por Matias Ferreira da Costa e dirigida a Dom José I, rei de Portugal, para pedir provimento no posto de capitão de cavalaria no local. O documento é o primeiro registro histórico oficial relacionado ao Cumbe de que se tem notícia e pertence hoje à Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Outros vestígios encontrados na área reforçam a narrativa sobre a presença de escravos no local, como é o caso da existência de antigos engenhos. O maquinário de um dos pontos visitados pela reportagem ajuda a contar a história da escravidão no lugar, marcada, por exemplo, pela produção de farinha.



Carta Ultramar, de 1760, escrita pelo sargento-mor Matias Ferreira da Costa, então morador da Vila de Aracati, ao rei D. Jose I em que ele menciona a existência do Cumbe.

A LUTA POR RECONHECIMENTO

Apesar desse e de outros registros, a população quilombola enfrenta dura resistência para o reconhecimento social da comunidade, que é alvo também de atores políticos locais. Segundo a Associação Quilombola do Cumbe, atualmente, o destaque vai para a Prefeitura de Aracati, que tem à frente o ex-secretário de Turismo do Ceará Bismarck Maia (PTB).

Em uma manifestação oficial feita em 2017 junto à Defensoria Pública do Estado (DPE), por exemplo, o município afirmou que, “nos relatos documentados, não se faz referência à existência de escravos ou quilombos, bem como não é possível inferir a ocorrência de opressão e resistência de comunidade negra”.

A postura da prefeitura ajuda a endossar o racismo e o conflito local, marcado por uma ofensiva do empresariado da carcinicultura e do parque eólico e ainda por

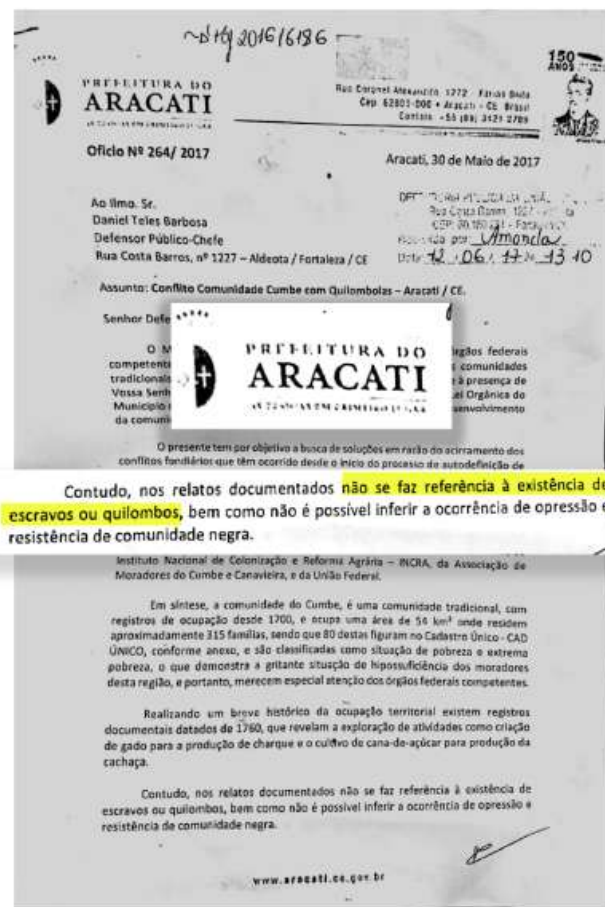
demarcação da terra tradicional.

O estudo sobre a delimitação da área, iniciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2015, está paralisado. Procurado pela reportagem para tratar dos motivos da não finalização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e da estagnação do processo, o órgão preferiu não se manifestar.

O mesmo ocorreu com a Prefeitura de Aracati, à qual foram enviados questionamentos sobre a fiscalização nos pontos onde atuam as empresas de carcinicultura e de energia eólica, erguidas respectivamente sobre uma área de proteção permanente (APP) e uma área de proteção ambiental (APA).

O silêncio institucional dos dois poderes alimenta as críticas sobre a suspeita de que o processo de demarcação teria estancado por força do jogo de interesses empresariais.

Os remanescentes de quilombos, especialistas e atores do sistema de Justiça que acompanham o caso apontam a existência de uma cultura de aliciamento na região, onde parte das famílias teria sido convencida a lutar contra a demarcação em troca de benesses. Por esse motivo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) disse que classifica a situação do Cumbe como “extremamente sensível”.



Paralelamente ao conflito, tramita na Justiça Federal no Ceará uma ação de autoria da Defensoria Pública da União (DPU) que pede a demarcação da terra. A instituição afirma que a delimitação do território dos remanescentes de quilombo deve ser identificada como um direito fundamental cultural, conforme previsto no artigo 215 da Constituição Federal, e afirma que ele “se liga à própria identidade de cada membro da comunidade”.

“Esse fundamento é o mais central desse tipo de ação porque a finalidade principal é provocar a União a proceder a demarcação e sedimentar o direito à posse coletiva daquelas terras em favor dessas comunidades. A gente entende que esses casos – obviamente que não apenas num plano genérico, que já é albergado pela Constituição Federal, mas sobretudo pelas provas e evidências de fato – se iniciam com a autodeclaração [da comunidade]”, explica o defensor público federal Fernando Holanda.

A tentativa de autoafirmação da comunidade, no entanto, segue o ritmo das faíscas políticas que marcam o território. Para os quilombolas, o comportamento do empresariado local de lutar contra a demarcação da terra se junta à tentativa de apagar a história da região.

“Quando a empresa eólica, por exemplo, chega e não quer dar a devida importância aos sítios arqueológicos, é mais um instrumento pra dizer ‘esse território não é de ninguém, nunca morou ninguém’. Destruindo os sítios, é como se tivessem arrancando várias páginas da nossa história”, pontua João do Cumbe, acrescentando que a comunidade sofre em meio à busca de conservar as memórias do lugar e se afirmar como quilombola.



João do Cumbe, uma das lideranças populares mais ativas da região (Foto: Galba Nogueira)

O conflito se estende a problemas vividos na escola local, onde moradores não quilombolas atuam contra a preservação da história dos descendentes de escravos e polarizam o debate com pais e filhos ligados à comunidade tradicional.

Escola do Ceará (SEC), acompanha a situação do quilombo. Ela aponta que a luta local esbarra no modelo eurocêntrico de ensino herdado da colonização, que impede a batalha existente no país por uma educação diferenciada voltada às comunidades originárias, como pedem os moradores do Cumbe.

“Por que essas escolas são importantes nestes territórios? Porque resgatam, valorizam e repassam para as pessoas mais jovens a questão da identidade e, consequentemente, a afirmação dessa identidade leva a um fortalecimento da luta pela terra. A escola diferenciada é garantida pela Constituição de 1988, mas ela ainda não está amplamente implementada nas comunidades”, afirma a socióloga, atribuindo as dificuldades sobre a afirmação étnica à ação de grupos que agem de acordo com os interesses econômicos que pairam sobre o território desses povos.



Fachada de um antigo engenho no quilombo do Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

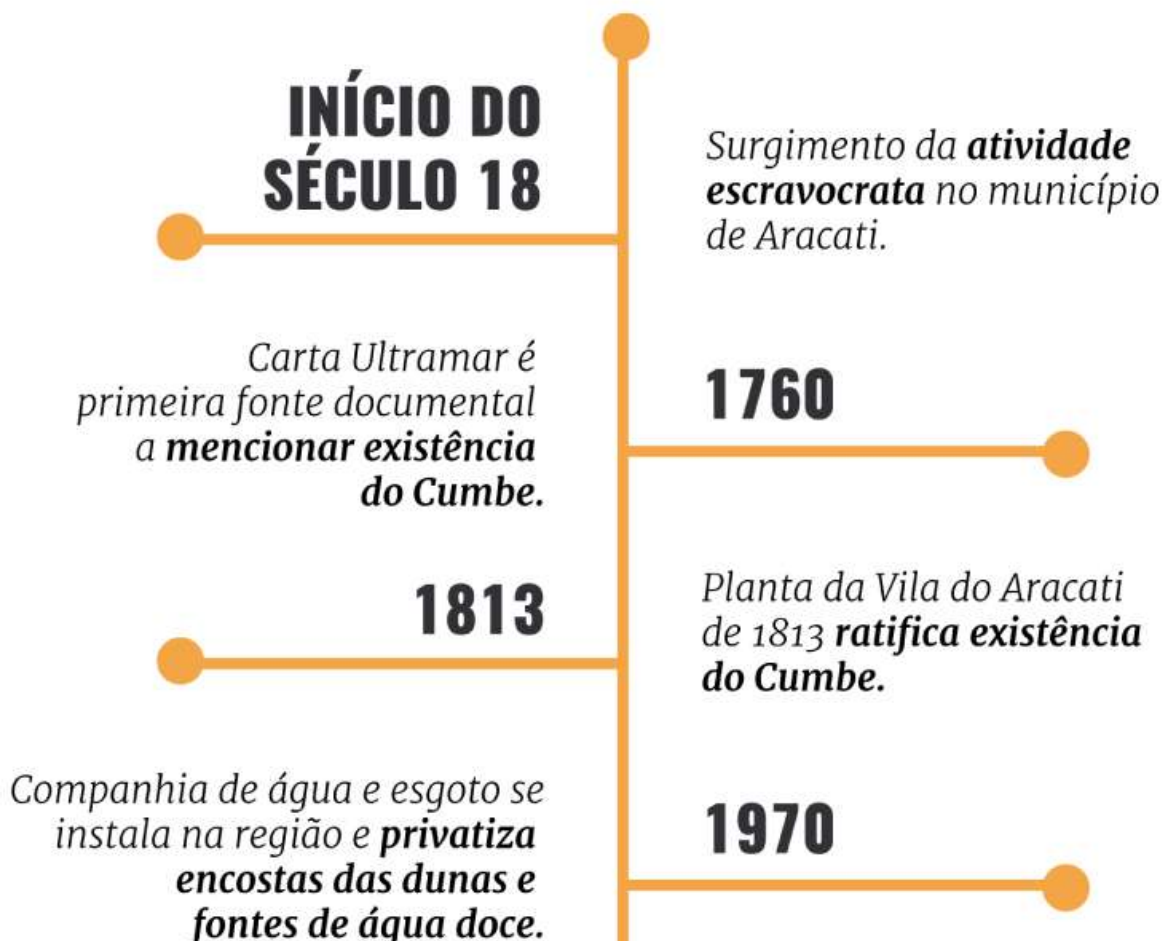
A problemática que circunda a área faz com que cinco lideranças da Associação Quilombola do Cumbe vivam hoje sob ameaças de morte. Por esse motivo, elas foram incluídas no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça do Ceará.

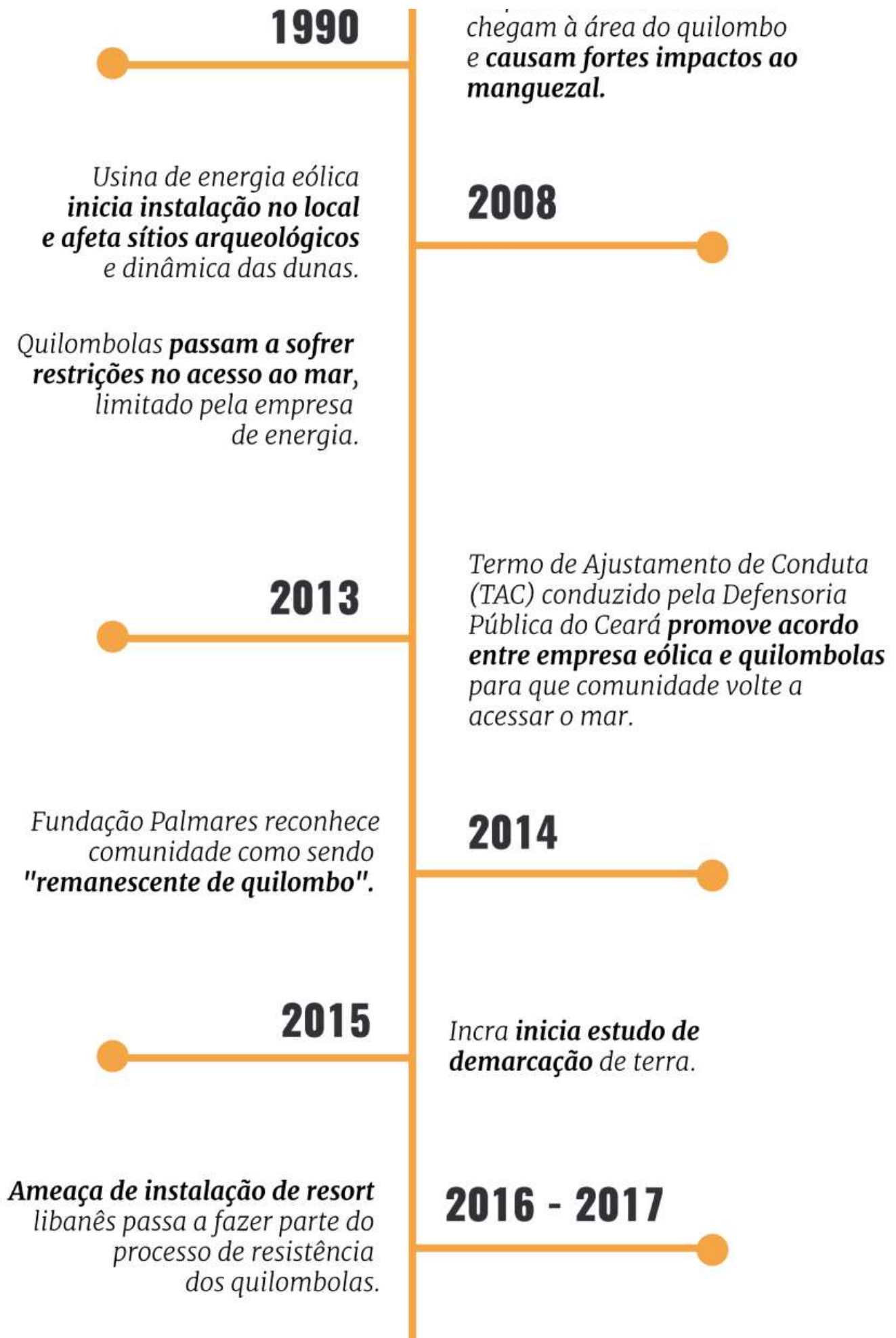
representantes do programa e também da Fundação Cultural Palmares que tentaram ingressar no terreno em 2018 para uma diligência. Os agentes relataram que os moradores não quilombolas impediram o trânsito da equipe.

O grupo estava a caminho de uma reunião em que seriam dados informes sobre o plano de trabalho que havia sido apresentado pela CPFL Renováveis para o chamado “estudo do componente quilombola” – solicitado pela Fundação Palmares antes de o governo do estado renovar as últimas licenças da companhia.

Quando a empresa se instalou no local, em 2008, o Cumbe ainda não havia recebido o documento da Fundação Cultural Palmares que certifica a existência de uma comunidade remanescente de quilombo, o que só veio em 2014. Por conta disso, na época da instalação da companhia eólica no local, o Estado não exigiu o estudo, o que passou a ser necessário após essa data.

Apesar disso, a pesquisa não foi apresentada e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) concedeu novas licenças à empresa em 2015 e em 2017. A Fundação Palmares acompanha o caso e afirma que “o licenciamento precisa passar por um processo de correção”.





“PROPRIEDADE PRIVADA”

Como consequência das cercas que se multiplicaram na área ao longo do tempo, os problemas impostos à comunidade do Cumbe atingem também o direito de ir e vir dos nativos. Os moradores relatam que, ao chegar ao local, a empresa eólica passou a limitar o trânsito na área, impedindo, por exemplo, que os pescadores artesanais pudessem acessar o mar por dentro do território.

Os trabalhadores vivenciaram o problema até 2013, quando, por iniciativa da Defensoria Pública do Estado, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que levou a CPFL Renováveis a liberar o trecho sob determinadas condições colocadas para os pescadores.

O pesadelo, no entanto, não acabou. Os moradores, que promovem o turismo comunitário na região, afirmam que são impedidos de passar se estiverem com grupos de visitantes. Somadas às limitações territoriais já impostas pela presença dos tanques de carcinicultura, que estão por todas as partes, as regras fazem os quilombolas olharem para o passado com saudosismo.

“Quando você teve a sua infância toda num território, tem lugares que são afeto. Na infância, meu pai levava muito a gente pra vivenciar o território. A gente ia pro rio, pra praia, pras lagoas e, hoje, eu sou barrada, meus filhos são barrados. Pra gente estar em alguns espaços, tivemos que lutar muito, resistir muito”, resgata Cleomar Ribeiro da Rocha, embargando a voz.

Ao longo da área onde foram instaladas as 67 torres eólicas, as muitas placas que indicam a existência de uma “propriedade privada” no local dão a dimensão do problema relatado pela pescadora. O **Brasil de Fato** percorreu a região durante três dias e se deparou com diferentes sinalizações visuais de impedimento sobre a circulação.



A Defensoria Pública do Estado propôs um TAC que levou a CPFL Renováveis a liberar o trânsito de moradores

O incômodo com as interdições atinge também outros grupos, como é o caso de pesquisadores. Fontes ouvidas pela reportagem relataram que a empresa barra também a entrada de equipes do poder público.

“Em outubro, vimos agentes da Coordenadoria de Igualdade Racial do Estado serem barrados. Como eles estavam em carro oficial e há ordem para que nenhum veículo do governo nem das universidades passem dentro do território da eólica, eles foram barrados. Se for particular, passa de boa, mas carro oficial e pesquisadores não circulam”, conta a coordenadora de Ação de Campo da ONG Instituto Terramar, Rogéria Rodrigues, que atua na região.

Ela sublinha que, além do racismo ambiental evidenciado pelo contexto que a comunidade vive, o conflito tem como traço marcante a consagração de uma estrutura de poder paralela à do Estado.

Para o instituto, o poder público tem sido “permissivo” em relação ao caso, tanto no que diz respeito à fiscalização ambiental dos impactos causados pela carcinicultura e pela companhia eólica quanto na garantia dos direitos da comunidade quilombola, hoje refém das diferenças ameaças que se impõem ao redor.

população das responsabilidades ainda do Estado, que tem feito vista grossa, tem sido moroso e tem tentado empurrar isso com a barriga, anos após ano”, critica a coordenadora.

NOVAS GERAÇÕES

A luta do Cumbe por reconhecimento e direitos é atravessada ainda pela preocupação das novas gerações da comunidade. É o que afirma o estudante Ednilson Silva, de 18 anos. Em conversa com a reportagem, ele disse temer um maior comprometimento do território em termos ambientais e sociais.



Ednilson Silva, de 18 anos, projeta um futuro de mais liberdade no Cumbe (Foto: Galba Nogueira)

Apesar disso, diante da promessa de que a luta política e social dos quilombolas resistirá ao tempo, conforme promete a associação comunitária, o estudante consegue projetar um futuro distinto daquele anunciado pela realidade de hoje.

“Eu queria que não tivesse a carcinicultura, que não tivesse a eólica, que a gente pudesse ir pra praia, pro rio, pras lagoas na hora em que quisesse ir. A gente tem

OUTRO LADO

O **Brasil de Fato** procurou a Semace para tratar das críticas apontadas nesta reportagem. A respeito da fiscalização ambiental na área do Quilombo do Cumbe, o órgão afirmou que segue os trâmites do licenciamento.

“No caso de empreendimento de maior potencial poluidor-degradador, como usinas de geração de energia e fazendas de carcinicultura, a licença só é emitida depois de apresentado e aprovado, junto à Semace, o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental do empreendimento, sendo que essa aprovação tem que ser referendada por decisão colegiada do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) como condição à emissão do documento por parte da Semace”, disse o órgão.

A superintendência admitiu que “empreendimentos não licenciados, ou seja, clandestinos, fogem ao controle da Semace”. Nesses casos, o órgão orienta que sejam encaminhadas denúncias à Polícia Militar, ao Ministério Público ou à União.

Sobre a renovação das últimas licenças operacionais da empresa CPFL Renováveis sem que tenha sido apresentado o estudo do componente quilombola, a Semace não especificou o motivo e disse apenas que as autorizações “seguem rigorosamente o estabelecido na legislação vigente”.

A reportagem do **Brasil de Fato** também procurou a CPFL Renováveis. Por meio de sua assessoria de imprensa, a companhia afirmou que o empreendimento “possui todas as licenças e autorizações pertinentes junto à Semace”. Também assegurou que vem cumprindo “integralmente” os controles exigidos pela superintendência para mitigação do impacto causado pelas torres eólicas.

Sobre o comprometimento dos artefatos históricos da comunidade, a CPFL afirmou que, conforme um acordo firmado junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), será implantando um museu arqueológico comunitário “para permitir o repatriamento de vestígios arqueológicos encontrados no local”. “A obra foi concluída e estão sendo finalizados os ajustes técnicos no material expositivo do museu para permitir a entrega da estrutura ao Iphan”, informou a organização.

“A companhia reitera que o acesso dos moradores do Cumbe é livre e que não recebeu nenhuma solicitação oficial para o trabalho de pesquisadores na área”, acrescentou, ao tratar das denúncias de interdições no local.

Reportagem: Cristiane Sampaio | **Fotos:** Carla Nogueira | **Edição de texto:** Camila Maciel | **Artes:** Gabriela Lucena | **Edição de áudio:** Geisa Marques e Lucas Weber | **Sonoplastia:** André Paroche e Adilson Oliveira | **Coordenação de Multimídia:** José Bruno Lima | **Coordenação de Rádio:** Camila Salmázio | **Coordenação de Jornalismo:** Camila Maciel e Vivian Fernandes



Text

Pescadora e artesã representa a força da mulher negra na luta por direitos, em Aracati

Escrito por Roberta Souza, 23:40 / 19 de Novembro de 2019, Atualizado às 10:21 / 09 de Novembro de 2020



Foto: Foto: Heleine Santos



Cleomar Ribeiro da Rocha, 44 anos, presidente do Quilombo do Cumbe, extrai o sustento da terra e do mangue. Sinônimo de resistência, manifesta na cor da pele e no semblante o orgulho pela conquista feminina na política



ansiedade não deixou Cleomar Ribeiro da Rocha dormir na noite anterior à nossa chegada. Quando levantou cedinho e se deu conta de que as galinhas haviam comido toda a alface do quintal, engoliu o choro. Esse era um dos primeiros lugares que ela queria nos mostrar, antes do mangue, um ponto de encontro diário com sua ancestralidade.

“Eu lembro das famílias, da minha mãe, da minha vó, o cuidado que elas tinham com os quintais, o aconchego. Então, isso traz na minha memória as práticas delas, da minha comunidade em si”, contextualiza, enquanto nos serve água de coco fresquinha.



QUILOMBO CUMBE

ONDE FICA

A comunidade está localizada na zona rural do município de Aracati, a 151 km de Fortaleza

RECONHECIMENTO

Certificada pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2014

POPULAÇÃO

Conta com 96 famílias cadastradas e autorreconhecidas

NOSSA ESCOLHA

A mesma cidade que abriga o Quilombo do Cumbe - Aracati - foi berço do jangadeiro Chico da Matilde. Ele se engajou à luta abolicionista em janeiro de 1881. Reconhecido como "Dragão do Mar", recusou-se a transportar para os navios negreiros os escravos vendidos para o Rio de Janeiro. Em agosto, ele e os companheiros resistiram à nova tentativa. Com isso, o Porto do Ceará foi considerado, pelo movimento abolicionista, oficialmente fechado para o tráfico interprovincial. Atualmente, uma das principais vozes da resistência na cidade é a de Cleomar Ribeiro.

Seu feijão não vem das prateleiras, tampouco os legumes e as frutas. E essa relação com a terra se expandiu ainda mais desde que despertou para sua **identidade quilombola**. Lembra que, ainda na infância, visitava a maior duna do Cumbe, em **Aracati**, e ouvia dos mais velhos que ali havia sido **refúgio dos negros** e que eles faziam vigília naquele morro. "Lá, avistavam o mar, todo o rio, todo o território. E eu cresci com aquilo", pontua hoje, aos 44 anos.

Cleomar nasceu, casou, foi mãe e avó nesse mesmo lugar. Ainda pequena, acompanhava o pai, João Ribeiro da Rocha, 72 anos, nas atividades de um dos nove engenhos que funcionavam na região. "Meu pai perdeu o pai dele muito cedo, era criança de colo, **passou muita necessidade**. Foi criado nas cozinhas dessas famílias, que tinham as posses das terras e, às vezes, trocava trabalho pelo alimento, tomando de conta das casas nos sítios o dia inteiro", recorda a filha.

Os engenhos, citados por seu João, são evidências históricas, encontradas também nos primeiros registros documentais do quilombo. Nos manuscritos do botânico **Freire Alemão**, de 1859, publicados nos Anais da **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro** (1961, pág. 273), o chefe da Expedição Científica de Exploração da Província

do Ceará, em visita ao Cumbe, onde ficou hospedado, já menciona a presença de “mulatinhos” realizando o trabalho com a cana. Freire Alemão escreve ainda sobre uma duna/morro, de onde se ouvem “batidas de tambores”, uma possível referência à prática do Candomblé.



Legenda: Cleomar da Rocha é quilombola, pescadora e artesã

Foto: Foto: Helene Santos

Todos esses indícios auxiliaram a comunidade no processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares, consolidado em 2014. “É essa a busca intensa que eu tenho, de saber cada vez mais sobre essa identidade. Hoje ela me pertence tanto. A gente se orgulha de vir de pessoas que lutaram, que resistiram de formas tão cruéis de opressão e que elas viveram. A gente carrega no sangue esse povo que tanto lutou, e acho que é **por isso que nós temos essa vontade de lutar**, de buscar nossos direitos”, acredita Cleomar, presidente da Associação Quilombola do Cumbe, em seu terceiro mandato.

“A gente carrega no sangue esse povo que tanto lutou, e acho que é por isso que nós temos essa vontade de lutar, de buscar nossos direitos”, diz Cleomar.

ATUALIDADE



Com a abolição dos escravos, os desafios hoje são outros. Cercados por aerogeradores desde 2008, e por fazendas de criação de camarão em cativeiro desde os anos 1990, os quilombolas agora precisam pedir licença para acessar um território que lhes serve de casa e sustento há mais de 300 anos. “Perdemos o nosso direito de ir e vir, a nossa identidade, os nossos espaços, as nossas práticas”, relembra Cleomar.

“No fim do trabalho de demarcação do nosso território, feito pelo Incra no ano passado, houve muito conflito interno, porque pessoas daqui,

que trabalham para essas empresas, não aceitavam, e a gente não queria brigar com elas”, complementa. O consenso a que as lideranças do Cumbe chegaram foi o de não incluir o povoado na demarcação do Incra, visto que nem todos os moradores se autorreconheceram como quilombolas.

“A gente resistiu muito, mas negociamos, e agora estamos aí esperando para ver como vai ser o procedimento. Mas desistir nunca da nossa luta, da nossa existência, da nossa afirmação como **negra, quilombola, pescadora**. Isso é muito forte em nós, nós podemos gritar, porque é nossa vida”, reforça.



Quilombo do Cumbe, em Aracati



Clique nas imagens para ampliar e ver galeria

Estar na presidência da associação não é tarefa fácil, tampouco segura. Quem lhe antecedeu, João do Cumbe, primeiro a alertar a comunidade para essa herança histórica, conta já ter sofrido até **ameaças de morte**. Mas esses percalços não intimidam Cleomar, que considera o atual posto uma **conquista política feminina**.

“Antes, eu lembro que eu era do lar. Hoje, eu tenho vários espaços, participo de seminários, de algumas rodas de conversa. **A gente está construindo algo, compartilhando...** Há todas essas trocas, de estar falando um pouco dessa participação da mulher, que tem um papel muito importante e que não é visto”, aponta.

Em casa, todos apoiam essa escolha, inclusive o marido, Wilton da Costa Oliveira, para o qual “**a outra família dela é a luta**”. E diz isso com muito respeito à trajetória da esposa. Na Associação, conta com os aplausos de inúmeras mulheres, a exemplo de Edite, mãe de João do Cumbe, Ana Paula, companheira de diretoria, e Edna, natural de Aracati, mas cujos avós nasceram na comunidade, e que afirma ter sido salva pelas mulheres do mangue.

CONCILIAÇÃO



É necessária toda essa força para a presidente não sucumbir diante dos **preconceitos**, como o de ser julgada pelo fato de o filho não ir bem na escola, ou de ser tratada com indiferença nas negociações de projetos para a comunidade somente pelo fato de ser mãe, mulher.

“Por mais que meu filho não esteja bem numa matéria, mas quero que ele tenha uma visão de mundo, de **uma mãe que não é oprimida** dentro de uma casa, num fogão, mas que tem uma dimensão maior. Minha vida é essa luta, essa resistência, é esse compromisso que a gente tem com a nossa comunidade, com o nosso território, com os nossos direitos. E eu não posso me calar diante disso”, afirma.



Legenda: Quilombo do Cumbe, em Aracati

Foto: Foto: Helene Santos

Cleomar quebra igualmente correntes diárias quando acorda muito cedo para pescar búzios, sururus, ostras. É principalmente do Rio Jaguaribe que ela tira o alimento e o material para o artesanato de brincos, pulseiras, colares; tudo é fonte de renda complementar, e é por isso que entende aquele lugar como sagrado, não se conformando com o acesso limitado pela carcinicultura.

“O papel da mulher é esse, e eu acho que ela tira isso da própria vivência, da sua casa, e o território não deixa de ser seu lar. A mesma defesa que ela faz com a sua família, com a sua casa, faz com o seu território e isso é o que nos impulsiona a tomar frente. **Onde o homem às vezes só reclama, a mulher tem essa atitude de buscar, de questionar**”, explica, sobre a participação feminina, inegavelmente mais expressiva na comunidade.

"A mesma defesa que ela faz com a sua família, com a sua casa, faz com o seu território e isso é o que nos impulsiona a tomar frente", Cleomar.

Sendo assim, Cleomar não poderia ter outro desejo que não o direito ao próprio lugar. "A gente queria, se fosse possível, o mais rápido **ter a nossa terra**. Eu ter direito de plantar, de ter meu espaço de pesca. Eu quero algo aqui dentro do meu território, que eu possa me sentir bem, trazer essa sensação de bem viver, de ter **meu rio preservado**, o manguezal. Isso é uma meta fundamental", observa, certa de que ainda pode contar com muitas outras mulheres para alcançar esse objetivo.

VERSO

Força ancestral: dos 87 quilombos cearenses, 35 são liderados por mulheres

Escrito por Roberta Souza, roberta.souza@svm.com.br 23:40 / 19 de Novembro de 2019. Atualizado às 10:15 / 09 de Novembro de 2020



Líderanças femininas estão na linha de frente das lutas sócio-político-culturais dos quilombos do Ceará. Presentes no litoral, serra, sertão e região metropolitana, elas assumem o protagonismo em comunidades que ainda buscam por direitos básicos



Estado do Ceará tem **quilombo**? Cristina, Socorro, Cleomar e Maria responderão quantas vezes for preciso que sim. **Mulheres negras e quilombolas**, elas exercem cargos de liderança nas comunidades as quais estão vinculadas, em quatro geografias diferentes: região metropolitana, serra, litoral e sertão. E num processo de autoafirmação, resistem à tentativa de apagamento de suas **narrativas ancestrais**, levantando a voz para contar “a história que a história não conta”.

Se a “Terra da Luz” é assim reconhecida por um movimento abolicionista pioneiro em relação ao Brasil, afinal data de 25 de março de 1884 a **Abolição** em nossa província, quatro anos antes da **Lei Áurea**, há muito ainda que se discutir sobre as “correntes simbólicas” arrastadas ao longo dos últimos anos por negras e negros cearenses.

A disputa atual por questões territoriais, além de outros direitos básicos, como saneamento, segurança, saúde e educação, atravessam os 87 quilombos contemporâneos identificados pelo próprio movimento no Ceará, um mapeamento inédito divulgado em março deste ano. O levantamento foi realizado em dois meses, graças a uma força-tarefa das **lideranças quilombolas** do Estado. É possível esse número ser ainda maior, chegando a 115 comunidades. Até o momento, 50 deles têm o reconhecimento nacional da Fundação Cultural Palmares.

Municípios com quilombos **certificados pela Fundação Cultural Palmares** no Ceará

Uma das inspirações da repórter Roberta Souza para a produção da reportagem “Mulheres de Quilombo” foi a cobertura do Carnaval do Rio de Janeiro, em 2019. Com o samba-enredo “Histórias para rinar gente grande”, a Estação Primeira de Mangueira levou o título neste ano e provocou reflexões fundamentais sobre a formação do povo brasileiro. O abolicionista

cearense Dragão do Mar e os índios Cariri - citados na letra dos compositores Delvid Doménico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino - somam-se aqui às Marias, Mahins, Manieles e Malês do Ceará

87

é o número de quilombos reconhecidos pelo Movimento Quilombola do Estado do Ceará

35

é a quantidade de mulheres identificadas pela reportagem à frente da presidência de quilombos no Ceará. Vinte delas pertencem a comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares



50

é o total de quilombos cearenses certificados nacionalmente pela Fundação Cultural Palmares, distribuídos em 28 municípios



Comunidades quilombolas visitadas pela reportagem:
Caetanópolis, em Capim (Capangá)
Serra da Evangelista (Baturité)
Cumbe (Aracati)
Sousa (Poterões)

- | | | |
|---------------|--------------------|---------------------|
| 1. Acaraú | 11. Ipueriras | 21. Potengi |
| 2. Aracati | 12. Itapipoca | 22. Quiterianópolis |
| 3. Araripe | 13. Mon. Tabosa | 23. Quixadá |
| 4. Baturité | 14. Moraujo | 24. Salitre |
| 5. Catunda | 15. Morrinhos | 25. São Benedito |
| 6. Caucaia | 16. Novo Horizonte | 26. Tamboril |
| 7. Coreau | 17. Ocara | 27. Tauá |
| 8. Crateús | 18. Pacujá | 28. Tururu |
| 9. Croatá | 19. Pacajus | |
| 10. Horizonte | 20. Porteiras | |



Etimologia e conceito

Quilombo é um vocábulo presente no léxico quimbundo (kilombo) e do umbundo (ochilombo) com a acepção de "acampamento". Aparece na historiografia africana com duas acepções intercambiáveis: a de "arrabal ou acampamento defensivo mais ou menos permanente, com finalidade militar"; a de "feira"; e, ainda, a de "instituição supratribal, capaz de aglomerar indivíduos de diversas origens étnicas", como

amplamente difundido no Congo, Matamba, Ndongo e nos Estados ovimbundos do atual planalto central angolano, onde provavelmente teve sua origem (Parreira, 1990, p. 66). Cunha (1962, p. 655) registra a entrada do vocábulo "quilombo" no léxico português no século XVI.

Fonte: Dicionário de História da África - Séculos VII a XVI, de Neli Lopes e Rivaldo Macedo (2017)

Quilombos no Brasil

Os acampamentos e vilas de resistência na diáspora africana de colonização portuguesa ganharam, no Brasil, o significado de comunidades autônomas de escravos fugitivos. Cento e trinta e um anos após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins do

Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, "os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida."

Fonte : Fundação Cultural Palmares / Núcleo de Dados do SVM

Diário do Nordeste

O historiador quilombola João do Cumbe, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), contextualiza essas necessidades, quando afirma que "assegurar o território, nesses casos, é fundamental, para que nós possamos estar nos recriando, inovando, desenvolvendo outras tecnologias, formas de existir, produzir, de viver. Rompemos com o conceito do quilombo histórico, em que teríamos que estar isolados, numa casa de taipa. Nós éramos os foragidos". Hoje não são mais.

LIDERANÇA



Cristina e Cleomar ocupam o lugar da presidência nas comunidades de Caetanos, em **Caucaia**, e do Cumbe, em **Aracati**, respectivamente. Já Socorro e Maria, apesar de também estarem em cargos de diretoria, dedicam-se mais especificamente à transmissão de saberes como mestras da cultura; a primeira na Serra do Evaristo, em **Baturité**, e a segunda, no Quilombo de Souza, em **Porteiras** (Cariri).

Ainda que geograficamente separadas, as quatro se encontram numa **luta comum**, e que perpassa também a afirmação da cor da pele, dos traços do rosto, da ondulação do cabelo, e do próprio gênero que representam.

Apesar de alguns enfrentamentos, são consideradas por muitos como referências nos ambientes em que nasceram, e cultivam junto ao seu povo as perspectivas e garantias de direitos que historicamente lhe foram negados.

Assim como elas, outras mulheres assumem essa responsabilidade no Estado. Só na presidência das comunidades, o Ceará contabiliza pelo menos **35 lideranças femininas**. Vinte estão em quilombos reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares. Mas quando se amplia o olhar para a formação das diretorias, por exemplo, ou se observam as demais posições estratégicas que podem ser ocupadas num lugar, suas presenças são ainda mais expressivas.

As raízes negra e quilombola que as unem ultrapassam a data-marco para o movimento - 20 de novembro, dia da morte de **Zumbi dos Palmares**, transformado no **Dia da Consciência Negra** - e encontram tempo e espaço em diferentes gerações de Marias, Mahins, Marielles, Malês. Chegou, então, a vez de ouvi-las, a começar pelas cearenses.



Comunidade quilombola afirma resistência política e cultural em Aracati

O evento se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade

13 de setembro de 2016



Por Tiago Pereira

Da Página do MST

Entre os dias 09 a 11 de setembro, ocorreu a III Festa do Mangue: “Pela Identidade Quilombola Pesqueira e Território Livre”, na comunidade Quilombola do Cumbe, em Aracati, estado do Ceará.

Organizada pela Associação de pescadores e pescadoras da comunidade e com o

apoio de várias organizações como o MST, Movimento de Pescadoras e Pescadores (MPP) e Organização Popular de Aracati (OPA), o evento contou com mais de 300 participantes oriundos tanto do estado do Ceará, quanto do Rio Grande do Norte.

De acordo João do Cumbe, “a festa é um espaço de afirmar a identidade dos pescadores e pecadoras, bem como, as lutas do povo do Cumbe e sua resistência”. O evento também se configura como um espaço político e cultural para os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade.

Nos últimos anos, a comunidade vem sofrendo grandes conflitos territoriais e ambientais, seguidos de perseguições a militantes locais.



Segundo Cleomar Ribeiro, da coordenação da comunidade, o evento além de celebrar as conquistas divulga a luta e os trabalhos que a comunidade desenvolve. “Vivemos em conflito diário por causa da energia eólica e da criação de camarão que privatiza o território e impedem o acesso à praia e ao rio”, salienta.

A festa que durou três dias teve uma programação recheada de visita e trilhas nas dunas durante o dia e a noite animada por grupos de capoeira e Maculelê da região. Também houve a vivência no mangue com oficinas de mariscagem, pescaria e cata de caranguejo e apresentação teatral da Cia de artes andanças de Fortaleza, com o espetáculo Devoração seguido de forró cultural. O encerramento foi marcado pelo concurso de cata de caranguejo acompanhado de trilhas que possibilitaram conhecer os lugares da memória ancestral do Cumbe.

**Editado por Iris Pacheco*